REGISTRO	GERAL	LEGISL
1841	e 27tC	1 199
Autuado c	02	fy tie
	1	<del>neminent liet</del> mel <b>li</b> et

PROJETO DE LEI Nº 227-

Publique-se Inclua-se em
panta por ala 26 i ala 95

DE 1995

R 1900 TRIPOLI - Presidente

Dispõe sobre recolhimento de parcela do ICMS destinada aos Municípios.

PLS. N.o. 01
PROC. 1841

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, decreta:

Artigo 1º - As parcelas de receita decorrentes do produto da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interesta dual e intermunicipal e de comunicação - ICMS. recolhidas nas áreas territoriais pertencentes aos municípios, deverão permanecer nesses mesmos municípios

Parágrafo Único - O Estado, através de meca nismos instituídos para esse fim. providenciará o recolhimento, junto aos órgãos próprios dos municípios, da parcela que, em razão do disposto no "caput" deste artigo, lhe couber.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICATIVA

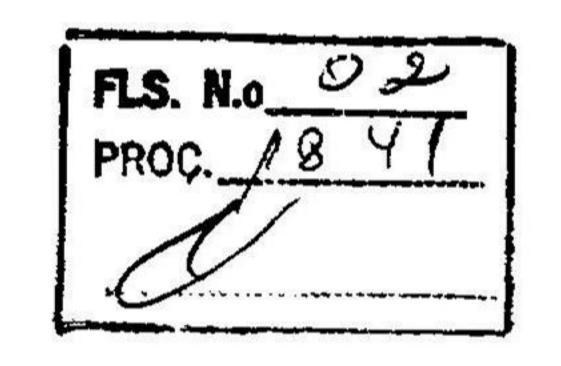
O imposto sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e sobre serviços - ICMS, previsto na Constituição Federal no artigo 155, inciso I, letra b, se constitui numa das maio - res fontes de receitas dos Estados.

A fonte geradora de tais impostos, como se depreende do seu próprio nome, são as transações de natureza comercial decorrente da circulação de mercadorias, isto é da compra e venda de produtos.

Como é óbvio, tais transações ocorrem em estabelec<u>i</u> mentos comerciais localizados nos vários municípios do Estado, razão

The second secon

TOTAL AND ADMINISTRATION OF THE PROPERTY OF TH



pela qual, após o respectivo recolhimento pela Fazenda Estadual, se faz a redistribuição por cotas, retornando às fontes de origem parce la desse tributo.

Ocorre que essa operação é demorada e nem sempre o retorno da parcela destinada ao município se faz de acordo com as necessidades locais.

O procedimento é, de certa forma, injusto e les<u>i</u> vo aos interesses municipais, porquanto dificulta investimentos em obras e prioridades vitais para as populações das nossas comunidades interioranas.

Daí porque a alteração nesse procedimento vem se constituindo numa das metas prioritárias dos novos governantes municipalis. Os quais pretendem que as parcelas de ICMS devidas aos municipalidades.

Para tanto, há que ser alterada a legislação vigente e criado um mecanismo novo que permita essa operacionalização.

Trata-se de medida altamente salutar para propiciar o mais rápido desenvolvimento das nossas comunidades interioranas, com repercussões na melhoria das condições de vida da população do Estado como num todo.

Sala das Sessões, em

MIGUEL HADDAD

Divisão da indenamento Legislativo Esta proposição contêm

/ assinaturas/

SDC,

Chara de Seção

The state of the s

Biristo It (Mentania Ithisialia Beccao de expediente Publicado no Chiano de Char' D.E. 20

